

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.261 - SP (2019/0351483-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : MARCELO VIEIRA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : VELLO DIGITAL SERVIÇOS LTDA**  
**ADVOGADO : ÁLVARO AUGUSTO DE OLIVEIRA CASTELLO - SP254975**  
**AGRAVADO : MVR CONSULTORIA LTDA**  
**AGRAVADO : RODRIGO GOMES ALBINO**  
**ADVOGADO : FÁBIO ALVES - SP232776**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **VELLO DIGITAL SERVIÇOS LTDA. E OUTRO**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 321, e-STJ):

Rescisão contratual c/c cobrança de valores e perdas e danos. Contrato de representação comercial. Cerceamento de defesa não caracterizado. Prova documental produzida suficiente para a solução da lide. Autores que firmaram confissão de dívida em que é reconhecida a existência da dívida. Vício do consentimento ausente. Demonstração, pelos Réus, de que os Autores promoveram concorrência desleal. Sentença de improcedência mantida. Verba honorária majorada para 12% do valor da causa atualizado. Preliminar rejeitada e recurso não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 352-367, e-STJ), os recorrentes alegam ofensa aos artigos 212, III, do Código Civil, e 489, § 1º, do CPC/15.

Sustentam, em síntese, nulidade da sentença por cerceamento de defesa, ante o indeferimento do pedido de produção de prova oral.

Sem contrarrazões (fl. 371, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 375-376, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 397-412, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Sem contraminuta (fl. 421, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** Os insurgentes apontam ofensa aos artigos 212, III, do Código Civil, e 489, § 1º, do CPC/15, sustentando a nulidade da sentença por cerceamento de defesa, ante o indeferimento do pedido de produção de prova oral.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 323-324, e-STJ):

De início, inexistente o alegado cerceamento de defesa. É regra que "caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas

necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias" (artigo 130 do CPC/73 e artigo 370 do CPC/15). Segundo sedimentado pelo Supremo Tribunal Federal, a necessidade da produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique cerceamento de defesa. **A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado (STF, RE nº 101.171-8/SP), circunstância efetivamente caracterizada na hipótese em análise. Não se encontra razão para a produção de prova testemunhal, uma vez que a prova documental juntada é firme para amparar a solução alvitada pela r. sentença proferida. Aliás, deferir a produção da prova testemunhal pretendida redundaria apenas em procrastinação indevida da marcha processual.** Acrescente-se que não pode ser admitido o argumento trazido pelos Autores, no sentido de que o Autor, pessoa física, foi coagido a assinar o termo de confissão de dívida, considerado que o Autor é pessoa instruída e, por certo, detém conhecimento suficiente para resistir ao ato ilícito que enunciou ter sido vítima e perpetrado pelo Réu pessoa física. Ainda que por hipótese tivesse sofrido coação e por certo teria adotado providências posteriores a fim de se acautelar contra o ato violador de sua vontade, mediante elaboração de boletim de ocorrência, mas disto não cuidou, o que por si só já se mostra suficiente a afastar tal alegação, apenas apenas agora deduzida. No mérito, o conjunto probatório produzido se mostrou suficiente para a resolução da lide, (...). [grifou-se]

Depreende-se do julgado que a Corte local, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, tendo por base o acervo fático probatório dos autos, concluiu expressamente pelo legítimo julgamento antecipado da lide, ressaltando que, na hipótese, os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado (fl. 324, e-STJ), bem assim constatou que "a prova documental juntada é firme para amparar a solução alvitada pela r. sentença" e que "deferir a produção da prova testemunhal pretendida redundaria apenas em procrastinação indevida da marcha processual" (fl. 324, e-STJ).

Desse modo, verificar se o acervo probatório foi ou não suficiente para embasar o *decisum* atacado, ou se havia necessidade de produção de outras provas, como pretendido pelos recorrentes, a fim de desconstituir as conclusões a que chegou o órgão julgador, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência esta que é inadmissível na estreita via do recurso especial, consoante o enunciado da Súmula 7 do STJ.

No mesmo sentido, transcrevem-se precedentes desta Corte:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRETENSÃO DE REVISÃO DA PREMISSA DE QUE OS ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS SÃO SUFICIENTES PARA A CONCLUSÃO DE QUE NÃO HOUVE O SUPOSTO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DAS RECORRIDAS. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO.**

**INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ADEQUAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.** (AgInt no AREsp 1.005.881/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.02.2018, DJe 01.03.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. DOIS RECURSOS PELAS MESMAS PARTES. NÃO CONHECIMENTO DA ÚLTIMA INSURGÊNCIA RECURSAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. SIMULAÇÃO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. 1. Manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade recursal impedem o exame do que tenha sido protocolizado por último. **2. De acordo com o art. 330, I, do CPC/1973 é facultado ao juízo proferir sentença, desde que não haja necessidade de produzir provas em audiência. Por sua vez, o art. 131 do CPC/1973, que trata do princípio da livre persuasão racional, estabelece que cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. 3. No caso, depreende-se que o Colegiado Estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, ante o óbice do enunciado da Súmula 7 deste Tribunal. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido.** 4. Verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada ocorrência de negócio jurídico simulado exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno de fls. 792-800 não provido e agravo interno de fls. 801-809 não conhecido. (AgInt no AREsp 976.292/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06.06.2017, DJe 13.06.2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. CORRETAGEM. MEDIAÇÃO. INEXISTÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. **1. O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe avaliar quanto à sua efetiva conveniência e necessidade, advindo daí a possibilidade de indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias, em consonância com o disposto na parte final do art. 130 do CPC. 2. Desse modo, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade ou não de dilação probatória, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de especial, consoante o enunciado da Súmula 7 deste Tribunal.** (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 576.845/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 10/06/2015) [grifou-se]

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na forma da jurisprudência desta Corte, portanto, aferir se as provas são suficientes, bem como analisar a existência da apontada violação aos dispositivos legais citados, como pretendem os insurgentes, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

**2.** Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10 (dez por cento) o valor dos honorários de sucumbência já arbitrados pelo Tribunal de origem, em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator